

OS IMPACTOS DA GUERRA DAS MALVINAS NA ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA

THE IMPACTS OF THE FALKLANDS WAR ON THE BRAZILIAN NAVAL STRATEGY

*Por Ana Caroline Rodriguez de Almeida Azevedo, Fabíola de Jesus Barros,
Francyne Coelli da Fonseca Motta Serra**

Resumo: A Guerra das Malvinas é derivada da reivindicação argentina da soberania das ilhas Malvinas frente a autodeterminação da população local defendida pelo Reino Unido. Embora a posição oficial do governo brasileiro durante o conflito em 1982 fosse de neutralidade, o contencioso desencadeou uma importante repercussão na política de defesa nacional no que tange a autonomia e operabilidade das Forças Armadas em relação as potências centrais. Considerando o caráter mutável de toda estratégia nacional, esta se atualizando de acordo com as particularidades internacionais, nacionais e contexto histórico, objetiva-se compreender como o contencioso influenciou a mudança do pensamento estratégico naval brasileiro. Para isso, será majoritariamente utilizado os escritos do Almirante Vidigal, assim como documentos oficiais da Marinha, para delimitar de quais formas a defesa brasileira foi positivamente influenciada pela experiência argentina na Guerra das Malvinas.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas. Estratégia Nacional. Marinha do Brasil.

Abstract: The Falklands War was derived from the Argentine claim to the sovereignty of the Falkland Islands against the local population self-determination claim defended by the United Kingdom. Although the official position of the Brazilian government during the conflict was of neutrality, the conflict triggered an important repercussion in the national defense policy strategy regarding the autonomy and operability of the Armed Forces in relation to the central powers. Considering the changing nature of any national strategy, being changed according to international and national particularities and historical context, this paper aims to understand how the conflict influenced an important change on the Brazilian strategic naval planning. For this purpose, the writings of Admiral Vidigal will be used, as well as official documents of the Navy, to delimit in which ways the Brazilian defense was positively influenced by the Argentine experience in the Falklands War.

Keywords: Falklands War. National Strategy. Brazilian Navy.

INTRODUÇÃO

A Guerra das Malvinas foi um conflito entre a Argentina e o Reino Unido que ocorreu no ano de 1982. Este evento “envolveu forças de mar, ar e terra da Argentina e do Reino Unido

* Graduandas em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF)

em um conflito armado limitado pela soberania do arquipélago” (PIVATTO JR; SVARTMAN, 2018, p.1), mas que também influenciou os rumos dos países vizinhos. Sua repercussão foi de grande importância para a ruptura do governo militar argentino e, em especial, para a repaginação do sistema de segurança coletiva respaldado pelo Tratado Interamericano de Assistência Pacífica (TIAR). A postura brasileira durante o contencioso, embora de orientação neutra, mas favorável a causa do país vizinho, possibilitou a intensificação das relações diplomáticas de ambos países do Cone Sul, além de uma reorientação na importância da defesa do Atlântico Sul como fator estratégico.

A repercussão da Guerra das Malvinas na política de defesa brasileira incentivou a cooperação e integração América do Sul. O conflito envolvendo um país vizinho, cuja as capacidades militares eram semelhantes à das Forças Armadas Brasileiras na época, frente a uma potência central, até então referência em termos de treinamento e doutrinação para os militares brasileiros (especialmente para a Marinha), possibilitou a mudança na percepção Estratégica Nacional de Defesa (END) do Brasil.

A atual Estratégia Naval Brasileira, em concordância com a END, foi instaurada em 2008 e estabelece a continuação do desenvolvimento científico-tecnológico nacional. A END passou a definir a organização doutrinária das Forças Armadas (FFAA) em torno das capacidades a quais as forças singulares devem estar aptas a desempenharem. No que tange a Estratégia Naval, a Marinha do Brasil (MB) tem a competência de desenvolvimento nuclear nacional. Simultaneamente, prega a modernização dos meios necessários, atribuindo a frota submarinista o maior destaque.

A evolução da Estratégia Naval Brasileira ao estágio atual foi decisivamente impactada pela condução do conflito entre Argentina e Reino Unido na década de 1980. Dessa forma, tendo em vista a importância de compreender a evolução do pensamento estratégico brasileiro, o presente trabalho busca analisar como a Guerra das Malvinas influenciou a mudança da formulação Estratégia Naval Brasileira. Considerando que a Marinha, por ser a força singular com maior propensão a ação diplomática, é o braço armado com maior vocação a exercer relações internacionais (DIONISIO; CARVALHO, 2019), utilizaremos neste trabalho as noções do pensamento naval brasileiro para evidenciar a mudança na política de defesa nacional ocorrida após o conflito de 1982.

A fim de confirmar a hipótese de que a Guerra das Malvinas trouxe para o setor de defesa naval brasileiro a busca por uma postura mais autônoma em relação aos países centrais, iremos primeiramente evidenciar como se deu o conflito entre Argentina e Reino Unido (ilustrando também os impactos da invocação do TIAR). Em seguida, será apresentado o pensamento estratégico brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980 para assim, por último, indagar quais foram as mudanças práticas ocorridas neste com o conflito nas Malvinas. Para isso, será feita uma revisão de literatura de alguns trabalhos e autores estudiosos da temática, tais como: Almirante Vidigal, Pivatto Jr e Svartman, Eduardo Brick e Wilson Nogueira.

1 A GUERRA DAS MALVINAS

A Argentina é um país situado na América do Sul, que faz fronteira com países como

o Brasil, o Chile e o Uruguai. O Reino Unido, por sua vez, é composto por algumas ilhas que não estão territorialmente ligadas à Europa, sendo parte deste continente. Porém, enquanto o primeiro foi um país colonizado pela Espanha no período de expansão territorial, este último tem uma história colonizadora muito característica, tendo utilizado seu Poder Naval para conquistar territórios para além da Europa.

Mahan (1987) apud Carvalho (2015), expõe que a exploração das riquezas do mar é feita pelos Estados que possuem o domínio deste, expressado por meio de seu poder naval. Logo, tem-se a importância de desenvolver a Marinha de Guerra haja visto sua função de proteger as linhas de comunicação e dissuadir eventuais inimigos. Essas ideias, por sua vez, ficam mais bem delineadas após a Segunda Guerra Mundial, pois, segundo Vidigal (1998, p. 116):

É impossível negar que as duas guerras mundiais comprovaram as ideias básicas de Mahan relativamente à importância do poder marítimo para determinar a vitória na guerra, mas, ao mesmo tempo, mostraram as limitações de sua concepção relativamente à guerra de atrição ou de desgaste, à relatividade do domínio do mar, à projeção do poder naval sobre terra.

Com o objetivo de se fortalecer cada vez mais, a Marinha Britânica, conhecida como *Royal Navy*, teve papel de destaque no processo de manutenção do poder do Reino Unido no cenário internacional. Através de “uma rede de bases navais no mundo, e na região do Atlântico Sul vai se localizar nas Ilhas Malvinas” (CARVALHO, 2015, p.321), os britânicos buscaram não perder o controle dos mares ao redor do mundo. No contexto da Guerra Fria, o domínio das Ilhas no Atlântico Sul fez parte de um projeto de ampliação e afirmação de suas bases de operação.

As Ilhas Malvinas, ou Ilhas Falkland, é um território ultramarino do Reino Unido localizado no Atlântico Sul que é disputado pela Argentina. A relevância geopolítica deste território é tamanha que o contencioso chegou a um ápice no ano de 1982, tendo durado cerca de três meses. Entretanto, com o protesto argentino questionando a soberania das ilhas e o conflito armado nos anos 80 do século passado, o Reino Unido vem procurado formas de manter esse território chave sob sua influência (CARVALHO, 2015).

Durante mais da metade do século XX, a situação política da Argentina foi caracterizada por insatisfação social e econômica, além de disputas de poder entre diversos grupos, entre eles peronistas, socialistas, liberais, radicais e militares. Especialmente entre os anos de 1946 e 1982, o país vivera anos de intensa contestação política onde o estado de sítio foi persistente por quase duas décadas junto com, em média, mais de uma ruptura institucional por década. O revisionismo argentino em relação a reivindicação das Malvinas, eclodido no conflito armado na década de 1890, remete a instabilidade vivida pelo país ao longo do século. Desde a ocupação britânica em 1833 que o tema revisionista oscila na opinião pública do país (SANTOS, 2018).

Para Romero (2006 apud SANTOS, 2018, p. 5),

O constante revisionismo histórico em uma sociedade politizada como na Argentina

criava uma sensibilidade nacional que não se limitava somente aos militares e aos governantes: um conjunto de sentimentos, atitudes e ideias rascunhadas (...) que revelaram uma grande capacidade de dissolver polarizações

Neste contexto, segundo Novaro e Palermo, “entre os anos 1940 e 1960, muitos políticos argentinos passaram a articular as ilhas Malvinas ao destino da República, da democracia, dos tratados comerciais e até mesmo dos miseráveis do país” (2007 apud SANTOS, 2018, p. 6). A tentativa política de alcançar coesão nacional através do surgimento/criação de um inimigo externo comum é prática conhecida na política internacional. Tal estratégia foi novamente utilizada quando governo militar, insaturado no país em 1976, resgatou a reivindicação territorial das ilhas em uma tentativa de unir a população, insatisfeita e polarizada, em uma causa nacional. A crise no regime militar argentino certamente explica a opção por um conflito bélico na histórica reivindicação territorial. Como descrito por Santos,

O forte engajamento civil em torno de causas nacionais e a instabilidade política crônica do país contribuíram para legitimar as Forças Armadas argentinas como instituições centrais de poder no século XX acirrando questões de “segurança nacional” (2018, p.5).

Em continuidade, para melhor compreensão de como se deu a Guerra das Malvinas, Campos (2011, p.110) divide o conflito em três fases: “(1) da ocupação militar argentina até o desembarque britânico (exclusive); (2) estabelecimento e expansão, pelos britânicos, da cabeça-de-praia em San Carlos; e (3) ataque final britânico”. A Primeira Fase iniciou no dia 02 de abril de 1982; a Segunda Fase iniciou por volta dos vinte primeiros dias do mês de maio; a partir de 11 de junho a pressão das forças britânicas se intensifica, começando a derradeira ação para terminar com o conflito, ou seja, a Terceira Fase.

Durante a Guerra das Malvinas, o que estava em jogo era o domínio das Ilhas. Enquanto a Argentina reivindicou a soberania das Malvinas, o Reino Unido defendeu a autodeterminação da população. Descrente do desejo dos britânicos de tomar as ilhas, Galtieri, ditador argentino, não considerou a real disposição do Reino Unido em lutar pelo arquipélago. Ao longo das três fases apontadas por Campos, os britânicos não hesitaram em lançar mão da *Royal Navy* para dominar a região. Campos (2011) aponta que Galtieri insistiu que se deveria contra-atacar com os meios disponíveis, mas acabou obtendo o resultado oposto: exauriu de vez a força de vontade de Menéndez (general argentino), que decide pela rendição.

Apesar do final da Guerra não ter levado a uma definição acerca do destino das Ilhas Malvinas, Pivatto Jr e Svartman (2018, p.8) afirmam que:

A literatura especializada frequentemente salienta a capacidade de o Reino Unido despachar rapidamente uma força armada para retomar as ilhas e manter uma linha de suprimentos por ar e mar que se estendia por milhares de quilômetros entre o Atlântico Norte e o Sul. Essa capacidade era formada tanto pelo grau de disponibilidade e prontidão das forças armadas britânicas quanto pela possibilidade

de mobilizar recursos da marinha mercante, estaleiros, portos e demais sistemas logísticos civis.

Mesmo hoje, após mais de três décadas, o conflito entre o Reino Unido e a Argentina permanece sem solução. Ocorreram algumas tentativas de solucionar este contencioso ao longo dos anos, culminando nas “vitórias diplomáticas de Londres na ONU (Resolução 502¹), na Comunidade Econômica Europeia (sanções econômicas e embargo ao fornecimento de armas à Argentina) e junto aos Estados Unidos (que abandonou a posição de mediador e apoiou o Reino Unido na guerra)” (PIVATTO JR E SVARTMAN, 2018, p.1). Assim, cabe analisar a relevância dos Estados Unidos e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) no contexto da Guerra das Malvinas.

1.1 O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e o Reino Unido

Acordo pensado logo após a Segunda Guerra Mundial, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi assinado somente em 1947 na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro. O Artigo 3º, inciso nº1 aponta que (TIAR, 1947):

As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

O objetivo do TIAR era, em grande medida, aproximar os países que integram as Américas. Entretanto, os Estados não eram obrigados a aderir somente este tratado, ou seja, não era um tratado com exclusividade. Os Estados Unidos, por exemplo, não haviam aderido unicamente a este, mas faziam parte de outras instituições e organismos que os aproximavam de países de fora das Américas.

A questão da não exclusividade, ou até mesmo de prioridade nos tratados e acordos assinados pelos países, reverberou no conflito ocorrido nas Malvinas. Em momentos de tentativa de solucionar o contencioso, o lado argentino acreditava em uma potencial neutralidade norte-americana. Entretanto, segundo Campos (2011), pertencendo a dois tratados de defesa (TIAR e OTAN), os Estados Unidos, em vez de manter neutralidade (como esperavam os planejadores argentinos), deixariam claro seu apoio ao Reino Unido. A consequência disto foi a falta de credibilidade da postura dos Estados Unidos na manutenção da relação com os países da América Latina, em especial com os do Cone Sul.

1 Resolução lançada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no dia 3 de abril de 1982, derivada da reunião de emergência solicitada pelo Reino Unido imediatamente após os inícios das hostilidades nas Malvinas pela Argentina. A Resolução exige o fim das hostilidades pelo país sul-americano, a retirada das tropas pelo mesmo e o estabelecimento da mediação diplomática entre os países para solução pacífica do contencioso.

Assim, a falta de reconhecimento, ou pelo menos a neutralidade, da soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas “contribuiu para que se sentissem desobrigados de agir conforme os termos do TIAR” (CAMPOS, 2011, p.109). Essa desobrigação referia-se ao prosseguimento com o conflito armado contra o Reino Unido, o que configurava como uma violação da Carta da Organização das Nações Unidas e também ao TIAR. Afinal, como explicitado anteriormente, a guerra só é permitida em casos de legítima defesa individual e por este motivo, a Argentina não poderia solicitar a aplicação do tratado (*Ibidem*, p. 110).

Diante disto, apesar dos esforços da Argentina de angariar o apoio norte-americano através dos mecanismos legais, como por exemplo na Resolução nº 502, os resultados não foram satisfatórios. Apesar da postura neutra norte-americana em relação ao conflito visando adiar uma possível tomada de posição mais radical em relação ao conflito nas Malvinas, uma grande consequência desta postura foi o enfraquecimento do TIAR. Além disto, a não aplicação do TIAR no contencioso das Malvinas, por sua vez, gerou um sentimento de desconfiança não só com o país envolvido no conflito, mas com os países do Cone Sul a respeito da influência britânica no nosso continente.

Nesse sentido, Carvalho (2017, p. 48) aponta que:

Para os EUA, a validade do TIAR estava coadunada com o perigo do avanço soviético no continente americano, e o apoio ao Reino Unido foi consequência de uma interpretação estadunidense, na qual a Argentina teria iniciado o confronto (TRINDADE, 1983), o que torna ilegítima a invocação do instrumento continental (PINTO, 2015), bem como demonstra a importância marginal que a América Latina possui em relação aos EUA (MATTOS, 1976) e o apoio que estes prezam em primeiro lugar aos seus parceiros da OTAN (SILVA, 2014), que juntamente com o Pentágono solicitaram junto ao presidente dos EUA, Ronald Reagan, incrementos de natureza bélica no Atlântico Sul. (VISENTINI, 2012). Os EUA ao tentarem compor um processo de mediação não lograram êxito, pois ambos os países justificavam o conflito como meio de atender seu público interno, aliado a intransigência dos dois lados em ceder em suas pretensões. Mas, os EUA ao não apoiarem a aplicação do TIAR arcarão com o custo de ver deterioradas e enfraquecidas futuras tratativas com a América Latina, principalmente em laços de cooperação militar.

É importante, por fim, ressaltar que a presença militar de países que não fazem parte do Cone Sul precisa ser avaliada pelas instituições políticas e militares dos países que o compõem. A Guerra das Malvinas se mostra um caso pertinente no que diz respeito ao uso de poder militar estrangeiro no nosso entorno estratégico. É importante que os Estados que fazem parte da América do Sul utilizem suas respectivas Marinhas – e as outras forças militares – para proteger, defender e preservar a área compreendida pelo Atlântico Sul.

2 O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO DE 1960 A 1982

2.1 A Política Externa e a Política de Defesa Brasileira

A política externa brasileira anterior a época do contencioso de 1982 se dava mediante

quadros políticos e econômicos que inspiravam atenção e cuidados. A sua tradição era pautada pela solução pacífica de controvérsias, uma prática que tornava a diplomacia brasileira flexível de acordo com a necessidade, respeitando o direito internacional e o equilíbrio na região do Cone Sul. As relações internacionais brasileiras oscilavam entre sucessivas aproximações e afastamentos ora com os Estados Unidos, ora com os demais Estados americanos. No entanto, era possível verificar uma falta de entrosamento entre a política externa e a de defesa nacional conforme Oliveiros Ferreira (1988, p.143):

...há um erro de base: o Brasil não tem manobra. Ou, se possui, ela está desconectada com a política externa, que se orientava por uma estrada real que, a rigor, não exige manobra alguma e, por isso (apoiando-se no triunfalismo da retórica terceiro-mundista), serve de álibi inconsciente aos que, no campo militar, rejeitam a manobra associada, recusando não só os engajamentos automáticos, como também pensar nas necessidades da defesa.

Durante o governo Figueiredo (1979 – 1985), o Brasil prosseguia no seu processo “lento, gradual e seguro” de redemocratização da sua política, anteriormente iniciada por Geisel. No âmbito econômico, a crise econômica internacional refletia no milagre econômico brasileiro, que já dava sinais de colapso. A necessidade de reestruturação já era percebida:

Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos, os custos do nosso desenvolvimento (BRASIL, 1979, p.5.).

Desta forma, a fragilidade político-econômica brasileira levava o país a investir na posição de negociador e apaziguador na sua política externa tanto bilateralmente, quanto multilateralmente, favorecendo a convergência dos setores políticos internos. No entanto, o Itamaraty não conseguiu aprovação unânime, como na visão do autor Roberto Campos (1999, p.15):

O problema é que o revisionismo do governo Geisel no tocante à política externa não foi pragmático nem responsável. Nada menos pragmático, por exemplo, do que hostilizarmos os dois fulcros de nosso relacionamento externo – Argentina, ao Sul, e os Estados Unidos, ao Norte – em relação aos quais se multiplicaram as áreas de atrito durante a gestão de Silveira no Itamaraty. E nada mais irresponsável do que embarcarmos num terceiro-mundismo ingênuo e estéril, com uma retórica acariciante para os subdesenvolvidos, quando os nossos reais interesses, que são a obtenção de captais, tecnologia e mercados, recomendariam priorizarmos nossas relações com o Primeiro Mundo.

As desconfianças na estratégia diplomática brasileira eram evidentes, porém, o presidente Figueiredo optou por manter a linha da política externa do seu antecessor, apenas frisando a vital importância de um bom relacionamento com a Argentina a fim de colocar de

lado as turbulências políticas sobre recursos naturais, equilíbrio de poder e limites territoriais como segue:

...é evidente que os nossos vizinhos da América do Sul, em particular os do Prata, em termos de volume de contratos, têm uma significação para muito especial para nós, são muito relevantes. O que nós podemos dizer sobre o atual estágio dessas relações é que, sendo elas muito boas, acontece que houve talvez um esforço muito maior para criar um grau de confiança mais acentuado, um clima de desinibição e de descontraimento que não diria que sempre existiu. (BRASIL, 1980, p.47)

2.2 O Pensamento Estratégico Naval Brasileiro

O desenvolvimento da estratégia nacional de um país é uma questão política deliberada pela percepção de defesa e segurança da sociedade civil, capacidade das forças militares e vontade das lideranças políticas. Logo, o estabelecimento de um pensamento estratégico (como pertencente a área de Estudos Estratégicos) é tido como “a arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política” (BRICK, E. S.; NOGUEIRA, W. S. F, 2017, p.18). Dessa forma, pensar no desenvolvimento de uma estratégia nacional é necessariamente considerar a vontade do poder político como representante da sociedade civil, a capacidade das FFAA e o momento histórico no qual se vive. Dessa maneira, o pensamento estratégico de um país é tido como orgânico, capaz de se reestruturar e adaptar a novas realidades de acordo com a maneira com a qual suas variáveis interagem.

De acordo com Vidigal (2002), o pensamento estratégico naval brasileiro se deu em três partes sendo a primeira de influência inglesa (1822-1910), a segunda de influência norte-americana (1910-1977) e a terceira de pensamento autônomo (1977-2008).

Durante a segunda fase, com as duas guerras mundiais e o contexto da Guerra Fria, houve um distanciamento tecnológico dos países mais desenvolvidos para com os menos desenvolvidos. Assim, a Força Naval brasileira tornou-se frágil e dependente desses países de maior desenvolvimento, o que comprometia a sua capacidade de realizar operações navais e de combate. Depois de 1945 o país estava totalmente subordinado à tecnologia e aos interesses norte-americanos. A Estratégia Naval Brasileira da época já reconhecia a defasagem operacional da MB, sendo esta força “aquém do potencial de projeção mundial do Brasil e das tarefas mínimas que deveria cumprir (BRICK; NOGUEIRA, 2017, p.27)”. Diante deste cenário, na década de 1950, ocorreram diversas iniciativas de criação de fundos para a MB, iniciativas estas objetivando o a consolidação de um *know-how* técnico em assuntos navais inteiramente nacional. Embora de forma embrionária, a esta década é remetido o início do reconhecimento da importância de uma base industrial de defesa nacional forte e logo, a inclusão deste pensamento nas estratégias nacionais como fator implementado e constantemente aprimorado.

Embora os reais resultados deste pensamento só tenho de fato surgido após meados dos anos 1980, a MB foi a força que mais rápido iniciou sua implementação. Exemplos desta implementação é que, ainda na década de 1950, teve-se a inclusive com a criação do primeiro curso de engenharia naval na Universidade de São Paulo – USP em 1957, e com a criação do

Instituto de Pesquisas da Marinha – IPqM, em 1959. Em 1963 com o primeiro Plano Diretor da Marinha, os recursos foram adequados e melhor canalizados, mas só com o programa de renovação dos meios da Marinha, de 1967, que foi colocada a necessidade de nacionalização dos seus meios, mesmo com o programa de assistência militar americano ainda em vigor (*Ibidem*).

No período em que tais projetos foram incorporados, vigorava o Programa de Assistência Militar Americana (MAP) que fornecia equipamentos à Esquadra brasileira. Em teoria, o programa de renovação genuinamente nacional de 1967 substituíria a necessidade de continuar o aprofundamento das relações da MB com os EUA através do MAP. Entretanto, tal cenário não foi observado. Como descrito, “apesar do sucesso alcançado com alguns itens, não se conseguiu modificar a cultura da maioria da Marinha, que via com muito mais facilidade a obtenção dos equipamentos pelo MAP” (*Ibidem*, p.28). Só é notada relativa mudança em tal cenário na década de 1970.

A busca brasileira por melhores equipamentos e qualificação nacional levou o país a se afastar da influência norte-americana e se aproximar da Europa, o que foi ratificado pelo plano Constelação na década de 1970. Este distanciamento foi essencial para a execução do programa de renovação e capacitação que a MB buscava. Como descrito por Vidigal, (1985 apud BRICK; NOGUEIRA, 2017), os EUA mostraram mais dificuldades em fornecer os meios de capacitação tecnológica se comparados com os europeus. Desta forma, a Estratégia Naval Brasileira começa a de fato se distanciar da influência norte-americana, dando início a terceira fase do pensamento estratégico naval brasileiro.

Já a terceira fase se deu com o rompimento em 1977 do acordo militar com os EUA, MAP, de 1952. Assim, a indústria bélica brasileira entrou em ascensão a despeito da crise econômica que o país atravessava. A estratégia naval se dava conforme o Relatório da MB de 1982 (MARINHA DO BRASIL, 1982, p. III-9 apud BRICK; NOGUEIRA, 2017, p. 29):

Face a ausência de motivos de curto prazo, no contexto da segurança, que justifiquem a alocação de recursos importantes, a Marinha busca motivar o Governo a se engajar em um Programa de Reaparelhamento de etapas modestas e extenso no tempo, enfatizando o fator nacionalização.

A consolidação da terceira fase, intitulada como a fase do pensamento autônomo da Estratégia Naval Brasileira, leva em consideração eventos de ordem política e econômico que tiveram grande impacto para no setor de defesa naval. Embora impulsionado pelo distanciamento com EUA no final da década de 1970, a situação do Cone-Sul no início da década seguinte, em especial o conflito nas Malvinas, foi parte fundamental para o estabelecimento de sua fase autônoma.

Com a fundamentação teórica até aqui levantada, percebe-se que o Brasil buscava uma reaproximação com a Argentina antes do contencioso das Malvinas. Tendo em vista a realidade do país que estava em redemocratização, atravessava uma grave crise econômica e por isso buscava a diversificação dos seus mercados, o que fortaleceu o diálogo Sul-Sul. O anticomunismo alimentava a ânsia nas Forças por modernização do seu aparato, mas a

frustração pela busca de amparo militar foi se dando à medida que crescia a necessidade de liderança regional e que a ambição por uma inserção internacional se tornava mais incisiva.

O esforço norte-americano na Guerra do Vietnã (1955-1975), e a sua política de não proliferação nuclear fomentou o afastamento brasileiro, juntamente com as críticas sobre as violações aos direitos humanos durante o período militar.

Portanto, o Brasil foi levado a comprar aeronaves francesas, fundou a Embraer em 1969 com parceria italiana para a formação dos pilotos de caça brasileiros e em 1970 adquiriu fragatas e submarinos do Reino Unido. Tudo isso levou a Marinha a abandonar os modelos obsoletos fornecidos pelos EUA e a mudar a sua estratégia pois, se antes ela era uma força de guerra submarina subsidiária dos Estados Unidos, agora ela se aperfeiçoava na guerra de superfície ao operar mísseis e sistemas de tiro por computador. Essas mudanças aconteciam em conjunto com a redefinição brasileira do Atlântico Sul como entorno estratégico, uma vez que já em 1969 o país iniciava a exploração de petróleo no mar e em 1970 aumentava o seu mar territorial de 12 para 200 milhas náuticas. Quando em 1974 os EUA cortaram o fornecimento de urânio enriquecido para o país prejudicando o programa Átomos para a Paz, as negociações com a Alemanha foram ampliadas. A ideia do submarino nuclear passa a ser considerada entre 1976 e 1978 como uma forma de elevação do *status* brasileiro no sistema internacional.

Sendo assim, o conflito no Atlântico Sul se deu em um momento delicado para o Brasil, já que o país possuía planos de autonomia e de projeção internacional em meio a um período de crise e de desconfianças políticas e econômicas. Portanto, o fato de haver um choque de um ator internacional vizinho e de primordial importância, com uma potência central e tudo o que ela significa para os interesses do país, já se faz suficientemente relevante para atrair as atenções da Marinha do Brasil para tal acontecimento.

3 CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DAS MALVINAS PARA O BRASIL

De modo geral, observa-se que o Brasil em seu papel de “neutralidade favorável”, consegue distinguir a conveniência do sistema de alianças consolidado sistema internacional de 1982. A importância do fato do Reino Unido pertencer a OTAN se torna claro à análise brasileira; as sucessivas vitórias diplomáticas que levaram ao apoio do Reino Unido pela ONU, pelos EUA (especialmente após a invocação de TIAR pela Argentina), e também da então Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Evidenciando o caso, a dependência argentina aos mísseis anti-navio francês *Exocet* reflete bem o cenário de aliança consolidado no contencioso. Como evidenciado por Vidigal (2002), o *Exocet* foi fundamental para o afundamento de navios-chaves da esquadra inglesa, entre eles um *destroyer* e um porta-aviões. Entretanto, em apoio ao Reino Unido, teve-se o cancelamento de sua venda por parte francesa para a Argentina no momento exato de sua maior necessidade de compra.

Dessa forma, em termos de estratégia marítima, a busca pela autonomia nacional na área, embora como visto já havia sido iniciada em 1977, se torna uma necessidade ainda mais reconhecida e desejada pela defesa brasileira. A guerra se mostrou relevante para o país

pois evidenciou a necessidade por uma obtenção e modernização dos sistemas de armas não mais vinculado à aquisição dos mesmos em mercado internacional. Logo, percebe-se por parte da defesa brasileira, a busca de uma política de Estado que visasse a “nacionalização do poder militar brasileiro e a capacidade deste de responder as ameaças e riscos de similares conflitos” (PIVATTO JR; SVARTMAN, 2018 p.6).

A consciência da necessidade de uma modernização das FFAA genuinamente nacional se mostra então como uma das principais lições obtidas pelo Brasil do conflito e seu impacto é de imediata notoriedade, especialmente na MB. Como anteriormente mencionado, em consequência da criação da EMGEPRON, a consciência sobre a importância da pesquisa nuclear já era consolidada na mentalidade nacional. A MB já estava se encaminhando para as primeiras pesquisas no processo de desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear. Neste ponto, passou-se a ter um enfoque maior no desenvolvimento de sua pesquisa haja visto o papel observado pelo submarino na estratégia de negação do uso do mar. Tendo tal realidade em vista, a modernização da MB não poderia deixar de incluir a produção autônoma de submarinos.

Outro aspecto que passa a ser analisado com mais atenção pela defesa nacional após as Malvinas, é o desenvolvimento da guerra eletrônica e sua incorporação na estratégia brasileira. Como evidenciado por Silveira no quase imediato fim do conflito (1983, p.44):

O desenvolvimento de técnicas de guerra eletrônica deveria ser considerado uma prioridade da Marinha Brasileira, havendo a necessidade de pesquisas voltadas para a produção de radares mais sofisticados. Outro aspecto importante a ser destacado seria a criação de softwares mais eficazes, uma vez que os mesmos não estariam à venda no mercado de armas.

Logo, a incorporação de estratégias de guerra eletrônica na conduta da defesa brasileira é tida como assunto de relevância desde o fim imediato do conflito no Atlântico Sul. Seu desenvolvimento nacional é assim, tido como essencial dado ao seu papel dissuasório frente a outros Estados que não possuem tal tecnologia.

Por último, é válido ressaltar como lição e impacto da guerra na reformulação da estratégia nacional de defesa, a importância de uma mobilização e aparato logístico bem consolidado. A capacidade de prontidão do Reino Unido em responder a ofensiva inicial argentina foi algo que chamou atenção a elite política militar brasileira (VIDIGAL, 1985). Como evidenciado por Pivatto Jr e Svatman (2018, p.8), “a capacidade (de mobilização) era formada tanto pelo grau de disponibilidade e prontidão das forças armadas britânicas quanto pela possibilidade de mobilizar recursos da marinha mercante, estaleiros, portos e demais sistemas logísticos civis”. Nesse sentido, a importância da consolidação de uma infraestrutura respaldada em indústrias e tecnologia nacional é essencial como outro fator que diminui a dependência do país a fornecimentos de mercado externo, assim como uma rápida capacidade de mobilização nacional. Como ainda mencionado pelos autores, se enquadrando bem na análise aqui feita a respeito da busca de autonomia em defesa como sendo o principal legado do conflito para a defesa brasileira, a marinha mercante brasileira

após 1982 passou a ter perfeitas condições de se adaptar a sua utilização devido a condição de um conflito (PIVATTO JR; SVARTMAN, 2018).

Dessa maneira, por fim, é possível indagar que as mudanças práticas ocorridas com o conflito nas Malvinas na Estratégia Naval Brasileira ressaltam o objetivo brasileiro de se portar como um ator autônomo nas relações internacionais. A maior consequência para área de defesa do conflito foi o surgimento de uma consciência nacional a respeito da necessidade de atuar com capacidade autônoma, especialmente em seu entorno estratégico, frente a presença de países centrais na região. Logo, a transformação da consciência nacional em políticas de Estado que expressem a capacidade da defesa brasileira de atuar de maneira dissuasória é vista como o principal aprendizado da “neutralidade favorável” brasileira durante a Guerra das Malvinas.

CONCLUSÃO

A Guerra das Malvinas pôs em xeque o sistema de segurança regional vigente até a década de 1980. A frustração argentina pela resposta negativa dada pelos EUA após a menção do TIAR estabelece o consenso da necessidade de integração sul-americana pelo Brasil. A presença de um conflito no Atlântico Sul entre uma potência central contra um país vizinho ao Brasil, este com capacidades militares similares a brasileira, desperta um olhar mais crítico nos formuladores da estratégia nacional a respeito do papel e condições do Brasil de atuar na região.

Como evidenciado, a evolução da estratégia nacional de defesa brasileira passou por três fases: a primeira de influência britânica, a segunda de influência americana e a última de postura autônoma. Embora a transição da segunda para a terceira fase seja no final da década de 1970, e desde então já se tenha tido políticas voltadas para uma menor dependência dos países centrais em matéria de defesa, a Guerra das Malvinas foi certamente um marco fundamental na busca por autonomia da defesa brasileira. Dessa maneira, é possível concluir que o desejo de autonomia nacional em produção de defesa se tornou componente essencial da estratégia adotada pelos formuladores de políticas e doutrinas de defesa nos anos seguinte.

Olhando o caso da MB para evidenciar os avanços na área de defesa após o conflito, já considerando tais avanços como consequências inerentes ao acontecimento do confronto no Atlântico Sul, a necessidade de modernização tecnológica da marinha é tida como principal “lição”. Como visto, a modernização da MB não poderia deixar de incorporar a autonomia no processo de desenvolvimento de uma frota submarinista, tendo em vista seu papel na estratégia de negação do uso do mar, assim como também a incorporação das estratégias de guerra eletrônica (e seu domínio nacional) e, por último, a importância de um aparato logístico bem consolidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GUERRA das Malvinas. Programa do Jô. Entrevistado: Roberto Lopes. São Paulo: TV Globo, 28 fev. 2013. Vídeo (21 min.), son., color. Programa de TV no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RoqY4LlO-Kk>. Acesso em: 27/11/2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **A posse do Presidente João Figueiredo**. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 21. 1979, p.5.

BRASIL. Saraiva Guerreiro explica a visita do presidente Figueiredo à Argentina. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 25. 1980, p.47.

BRICK, E. S.; NOGUEIRA, W. S. F. A Estratégia Naval Brasileira e o Desenvolvimento da Base Logística de Defesa. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.23 n.1, p. 13 - 44. jan./abr. 2017.

CAMPOS, M. T. **A Guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2011.

CAMPOS, R. Prefácio. In BANDEIRA, M. **Relações Brasil – EUA no Contexto da Globalização: II – Rivalidade Emergente**. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 15.

CARVALHO, R. N. Ilhas Malvinas: a influência da Geopolítica Britânica e a Política Externa dos Países da América do Sul. **Anais do I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana: Mapeando a Política Externa do Cone Sul**. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1537/NUPELA%20-%20320-331.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 30/11/2019.

CARVALHO, R. N. **A influência britânica no Atlântico Sul: o caso das Ilhas Malvinas**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2017.

DIONISIO, D. S.; CARVALHO, C. A. Military Technical Cooperation for Development–The Brazilian Perspective of Interaction for The 21st Century. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 25, n. 1, 2019.

FERREIRA, O. S. **Forças Armadas, para quê?** São Paulo: Edições GRD, 1988..

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Tratados Multilaterais. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca**. Rio de Janeiro, 1947. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/b-29.html>. Acesso em: 27/11/2019.

PIVATTO JR, D. R.; SVARTMAN, E. M. O impacto da Guerra das Malvinas/Falklands no pensamento da Marinha do Brasil. **Anais do 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)**, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534787660_ARQUIVO_OimpactodaGuerradasMalvinasnaMarinhadoBrasil.pdf. Acessado em: 27/11/2019

SANTOS, R. M. R. A importância da guerra das Malvinas no pensamento estratégico das Forças Armadas Brasileiras e o redirecionamento da cooperação militar com a Argentina pós-1982. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018

SILVEIRA, F. M. Defesa aeroespacial de forças navais **Revista Marítima Brasileira**. Outubro/Dezembro de 1983.

VIDIGAL, A. A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VIDIGAL, A. A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro meados da década de 70 até os dias atuais**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

VIDIGAL, A. A. F. **Conflito no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985.

VIDIGAL, A. A. F. **Apontamentos de Estratégia Naval**. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. jul/set, 1998.